



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002728-60.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Monitória - Prestação de Serviços**
 Requerente: **SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINSTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR,**
 Requerido: **LUCILENE TRIGUEIRINHO LEMOS DE OLIVEIRA**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINSTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - SINTUFSCAR,, qualificado na inicial, ajuizou(aram) ação de Monitória em face de LUCILENE TRIGUEIRINHO LEMOS DE OLIVEIRA, também qualificada, alegando seja credora da importância de R\$ 4.989,36 referente às mensalidades de planos de saúde e odontológico UNIMED e UNIODONTO mantidos enquanto cooperado em favor do réu, dos quais ela, autora, é estipulante e, por conta disso, paga as respectivas cotas mensais àquelas empresas, pelo valor total equivalente a todos os seus associados, para depois debitar na conta de cada um deles o valor correspondente a mensalidade dos respectivos planos, destacando que ao tentar os débitos na conta do réu não obteve sucesso, razão pela qual, tendo arcado com o prejuízo da mensalidade, cujos valores devidamente atualizados perfaz R\$ 4.989,36, requereu sua condenação ao pagamento do referido valor.

O réu contestou o pedido alegando carência de ação por faltar prova do contrato entre a autora e ele, réu, enquanto no mérito afirma ter quitado os valores dos meses de outubro de 2011 e de julho de 2012, bem como as parcelas 03/05 e 04/05 da moratória que a própria autora informa na inicial, e se essa moratória foi firmada em maio de 2012, não é possível haja cobrança de data anterior, o que reforçaria a tese de que a prestação de outubro de 2011 é indevida, enquanto impugna o valor da prestação de junho de 2012 que seria de R\$ 662,00 e não os R\$ 938,00 cobrados, na medida em que houve alteração dos planos, impugnando a seguir a elevação do preço das mensalidades que a seu ver teria atingido os 60%, impugnando mais a inclusão de honorários advocatícios no valor cobrado pela inicial, de modo que conclui deva haver exclusão de R\$ 2.446,61 em relação ao valor cobrado na inicial, condenando-se a autora a indenizar esse valor indevidamente cobrado, em dobro, bem como declarando-se que o valor da mensalidade é de R\$ 662,00.

A autora replicou impugnando a concessão da assistência judiciária ao réu, que pode contratar advogado às suas expensas, enquanto no mérito aduziu que o réu teria realmente pago as parcelas nº 3/05 e nº 4/05 do parcelamento, sem embargo do que as parcelas desse parcelamento que estão sendo cobradas são outras, vencidas em outubro de 2011 e que deveria ter sido paga em novembro de 2011, a mensalidades de Abril de 2012 que deveria ter sido paga em 10 de maio de 2012, a mensalidades de maio de 2012 que deveria ter sido paga em 10 de junho de 2012, e a mensalidade de junho de 2012 que deveria ter sido paga em 10 de julho de 2012.

É o relatório.

DECIDO.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Preliminarmente, cumpre destacar que a presente ação não é Monitória mas Ação de Cobrança conforme se vê da petição inicial e da decisão que recebeu a ação e ordenou a citação às fls. 67. **Determino assim sejam feitas as devidas anotações, retificando-se o registro do feito.**

Como já analisado na decisão de fls. 94/95, toda a tese de defesa da ré firma-se na tese de que, a partir de junho de 2012 o valor da mensalidade do plano de saúde seria de R\$662,00 e não de R\$938,00 como cobrado, razão pela qual a cobrança seria excessiva.

Contudo, o ofício encaminhado pela Unimed, acostado às fls. 123/124, indica claramente que no período de janeiro a abril de 2012 o valor dessa mensalidade em nome da ré era de R\$936,72, sendo elevado a R\$1.124,04 a partir de maio de 2012.

Logo, sem razão a ré.

Quanto a tese de que teria havido quitação das mensalidades de outubro de 2011 e julho de 2012, a prova documental acostada a contestação (fls. 83/86) não permite concluir ou afirmar tenha havido pagamento ou qualquer moratória para parcelamento de dívida.

A questão dessa moratória foi admitida pela autora em relação aos meses anteriores a novembro de 2011, inclusive este (fls. 92), de modo que a tese da ré não se sustenta.

A ação é, portanto, procedente, cumprindo a ré arcar com o pagamento do valor da dívida de R\$4.033,79, correspondente ao valor corrigido até a data de propositura da ação, pois as custas somente ao final e havendo condenação poderão ser incluídas na liquidação, enquanto os honorários advocatícios, observados os parâmetros do artigo 20 do C.P.C., obedecem critério judicial de arbitramento e, no caso, como a questão probatória acabou resumida aos ofícios expedidos pelo próprio Juízo, a fixação do percentual de 10% do valor da condenação parece-nos suficiente para remunerar a parte vencedora.

O valor da dívida deverá contar correção pelo INPC a partir da propositura da ação e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação e em consequência condeno a ré LUCILENE TRIGUEIRINHO LEMOS DE OLIVEIRA a pagar ao autor SINDICATO DOS TRABALHADORES TECNICOS ADMINISTRATIVO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – SINTUFSCAR a importância R\$4.033,79 (quatro mil e trinta e três reais e setenta e nove centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC a partir da propositura da ação e juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, e condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, prejudicada a execução dessas verbas enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita concedidos em seu favor.

P.R.I.

São Carlos, 10 de novembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**